CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

INFORMA

JANEIRO 2026

2026: ações para a melhoria do ambiente de negócios

2

Setor produtivo alerta para riscos da **redução da jornada de trabalho**

4

Atuação da Confederação na **Reforma Tributária**

6

Luta pelo reajuste do **Simples Nacional** continua

12

expediente

CACB Informa
Ano III
Edição 24
Janeiro de 2026

Presidente da CACB:
Alfredo Cotait Neto

Produção:
Assessoria de Comunicação Institucional
Mônica Monteiro
Indiara Oliveira
Eryka Ribeiro
Clara Montenegro
Gustavo Damaso
João Luiz Mendes
Mariana Vieira
Tariq Marie Alves
Ubirajara Rodrigues

Diagramação:
Gustavo Caselato

CACB

Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

Edifício Corporate Financial Center
Setor Comercial Norte
Quadra 02, bloco A
nº 190, sala 901
Brasília/DF
CEP.: 70712-900

Tel.: (61) 3321-1311

www.cacb.org.br

CACB nas redes:
@cacboficial

#SOMOSCACB

MENSAGEM ÀS/AOS PARLAMENTARES

O Brasil abre empresa todo dia. E fecha por motivos conhecidos. A diferença entre abrir e fechar passa por uma decisão sua.

Foto: Arquivo CACB

Alfredo Cotait Neto

Começa mais um ciclo de trabalho no Congresso Nacional. E a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) vem, respeitosamente, apresentar um pleito objetivo. O Brasil precisa de uma agenda legislativa clara.

Uma agenda a favor do empreendedorismo e das Micro e Pequenas Empresas (MPE). E a favor da liberdade econômica.

A CACB reúne uma rede ampla e capilar. São **2.300 associações comerciais** e empresariais. Mais de **2 milhões de empreendedores.** Está presente em todas as Unidades da Federação. E mantém contato direto e permanente com micro e pequenos empresários.

Isso nos permite acompanhar, na prática, os desafios do dia a dia.

Crédito difícil.
Burocracia excessiva.
E insegurança jurídica.

As MPE são mais de **95% das empresas brasileiras.** Respondem por cerca de **30% do PIB**.

E geram mais da metade dos empregos formais do setor privado.

Também concentram a maior parte do dinamismo do país. Aproximadamente **97% dos novos negócios abertos no Brasil** pertencem a esse segmento.

Esses resultados crescem quando o ambiente ajuda.

Com livre iniciativa.
Regras simples.
E previsibilidade.

Mas, apesar de sua relevância, os pequenos negócios seguem enfrentando obstáculos estruturais.

Entraves regulatórios.
Custo tributário desproporcional.
E dificuldade de acesso a instrumentos financeiros adequados.

Na prática, isso reduz competitividade. E trava crescimento.

Por isso, a CACB confia na sensibilidade de Vossa Excelência para avançar projetos e políticas públicas que melhorem, de verdade, o ambiente de negócios.

Com foco em pontos diretos:

- **ampliação do crédito;**
- **simplificação tributária e regulatória;**
- **redução de burocracias;**
- **estímulo à formalização;**
- **inovação;**
- **e maior participação das MPE nas compras públicas e nas cadeias produtivas.**

Fortalecer micro e pequenas empresas é fortalecer a economia real. É preservar empregos. É gerar oportunidades. E é promover desenvolvimento mais equilibrado.

A liberdade econômica é instrumento central nesse caminho. Sem ela, não há crescimento sustentável.

Reiteramos nossa disposição permanente para o diálogo. E para a construção conjunta de soluções legislativas que tornem o Brasil mais próspero e competitivo.

As micro e pequenas empresas sustentam o cotidiano econômico do país. Elas também sustentam a opinião de muita gente. A atenção a esse tema não passa despercebida.

E, com respeito, dizemos: isso se converte em voto.

CACB®
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

Consulta da CACB revela preocupação do setor produtivo com possível redução da jornada de trabalho

Elevação das despesas são alguns dos temores das empresas

Ao consultar donos de pequenos negócios nas cinco regiões do País sobre a possível redução da jornada de trabalho, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) ouviu dos empreendedores um alerta sobre riscos do fim da escala 6X1, por meio de emenda à Constituição, sem o devido debate com o setor produtivo.

Elevação de despesas com a criação de novos turnos de trabalho para atender a demanda, aumento dos gastos com encargos trabalhistas (salários, INSS, FGTS, 13º e férias) e repasse da elevação dos custos aos preços dos produtos são apontados pelos empreendedores como principais temores em relação à redução da jornada. Eles afirmam que a proposta precisa ser discutida com cautela e diálogo com as micro e pequenas empresas, principais responsáveis pela geração de emprego no Brasil e que já têm custos operacionais elevados.

As entrevistas abrangeram empresários das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. A medida, na avaliação deles, também pode levar à redução de horário e dias de funcionamento da empresa, dificuldade de cumprimento de prazos, diminuição da capacidade de investimento em melhorias e expansão, informalidade e demissões. Por causa do aumento dos preços, acreditam em uma migração de consumidores para o e-commerce. O temor maior é o fechamento do negócio.

Para eles, é necessário adotar políticas de redução de impostos, aumento do salário, investimento em infraestrutura, modernização da indústria, inovação nas empresas, desburocratização das leis trabalhistas, crédito, incentivos fiscais e capacitação profissional antes de reduzir a jornada de trabalho. Caso contrário, será uma perda para empresário, governo, trabalho e consumidor. "A proposta desconhece a realidade as micro e pequenos empreendimentos do país, principalmente no interior onde falta mão de obra", apontam.

O presidente da CACB, Alfredo Cotait Neto, ressalta que a proposta de reduzir a jornada de trabalho tem viés "populista". Para a mudança poder dar certo, segundo ele, seria necessário um programa de qualificação da mão de obra de pelo menos cinco anos. "Tem de preparar o campo e investir em qualificação", concluiu. O setor produtivo se demostra preocupado com o aumento dos custos e da informalidade, a redução da produtividade e a dificuldade de contratação que poderão ser consequências do fim da chamada escala 6X1.

Atualmente, quatro propostas de emendas à Constituição (PEC) transmitam no Congresso Nacional: a 148/2015, aprovada na Comissão de Constituição de Justiça do Senado, que estabelece um cronograma de transição com redução gradual até o piso de 36 horas; a 221/2019, com diminuição da escala ao longo de dez anos; a 08/2024, que prevê redução imediata de 44 para 32 horas distribuídas em quatro dias; e a 4/2025,

A proposta desconhece a realidade as micro e pequenos empreendimentos do país, principalmente no interior onde falta mão de obra.

Foto: Banco de Imagens

Fechamento de negócios e demissões também preocupam

Nova Lei Complementar relativa à Reforma Tributária sobre o Consumo é sancionada

Foto: xxx

CACB participou de discussões da Reforma Tributária Foto: arquivo CACB

Foi sancionada a Lei Complementar 227/2026, que complementa a regulamentação da Reforma Tributária sobre o Consumo, instituindo o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), responsável por gerir e coordenar operacionalmente o novo imposto, que será compartilhado entre estados, Distrito Federal e municípios.

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) atuou intensamente no decorrer de toda a tramitação da Reforma Tributária sobre o Consumo junto ao Congresso Nacional, desde a Emenda Constitucional 132/2023, passando pela Lei Complementar nº 214/2024 e pela Lei Complementar nº 227/2026, sancionada em 13 de janeiro.

"A CACB tem papel fundamental em debates sobre alterações legislativas que impactem o setor produtivo, na medida em que representa não um, mas todos os setores de nossa economia", avalia o vice-presidente jurídico da instituição, Anderson Trautman Cardoso.

Para Trautman, a regulamentação trouxe a possibilidade de avanços, embora a reforma não represente o modelo ideal para o setor produtivo brasileiro. "A Reforma Tributária sempre foi uma das principais pautas da CACB. Ao longo dos últimos anos, participamos ativamente dos debates, con-

> "A regulamentação trouxe a possibilidade de avanços, embora a reforma não represente o modelo ideal para o setor produtivo brasileiro." Anderson Trautman Cardoso

tribuindo com proposições importantes que acabaram contempladas no texto da Emenda Constitucional nº 132/2023, como o crédito para clientes de empresas optantes pelo Simples Nacional, da Lei Complementar nº 214/2025, como a inserção do artigo 48, que afasta o requisito da extinção do débito para fins de apropriação de crédito do IBS e da CBS, e da Lei Complementar nº 227/2026, sancionada agora, como o afastamento da tributação das contribuições associativas, beneficiando o associativismo em todo o país. Não é o modelo ideal, mas estamos dando um passo importante no aprimoramento do Sistema Tributário Brasileiro", avalia.

Como relatado pelo Vice-presidente jurídico, a CACB contribuiu na defesa da competitividade das micro e pequenas empresas brasileiras. O texto inicial da Proposta de Emenda Constitucional 45/2019 não permitia, por exemplo, o crédito aos optantes pelo Simples Nacional, regra que foi modificada a partir de movimento realizado pela CACB.

"A CACB buscou contribuir para que o texto resultante da Reforma Tributária sobre o Consumo impulsione o desenvolvimento econômico e social de nosso país, não o contrário. É por esse motivo que batalhamos tanto por pontos entendemos fundamentais, como a possibilidade de crédito nas aquisições de empresas optantes pelo Simples Nacional, a redução da carga tributária incidente sobre alimentos e a criação da cesta básica nacional, além do estabelecimento de um limite para a carga tributária global no novo sistema e da vedação da incidência do Imposto Seletivo sobre energia elétrica e telecomunicações, insumos importantes para as atividades produtivas", afirma Anderson Trautman Cardoso.

E, para ele, o trabalho não acabou, uma vez que o Comitê Jurídico da CACB seguirá dedicado ao acompanhamento da implementação do novo sistema tributário. "Essa é uma oportunidade concreta de incrementar a competitividade das empresas do país e melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e a CACB seguirá dando sua contribuição para que alcancemos esse objetivo", completou.

Transição

Desde 1º de janeiro de 2026, está em vigor uma alíquota de 1% sobre operações bens e serviços, distribuída da seguinte forma: 0,9% para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de âmbito federal; e de 0,1% para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Mas vale lembrar que 2026 marca apenas o início da transição para o novo sistema instituído pela Reforma Tributária, sendo que, neste ano, os optantes pelo Simples Nacional, incluindo os microempreendedores individuais (MEIs), não estão sujeitos à tributação. Todo o processo de mudança será finalizado em 2033.

Foto: Banco de Imagens

2026 é o ano de transição para o novo sistema

BELO HORIZONTE

No dia 6 de janeiro, a Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas) alcançou um marco histórico: 125 anos de fundação. Criada em 1901, quando a capital mineira ainda dava seus primeiros passos, a entidade consolidou-se como um pilar fundamental na construção da identidade econômica e social de Belo Horizonte e Minas Gerais. A entidade prepara uma agenda especial de ações e projetos ao longo de 2026.

CAMPINAS

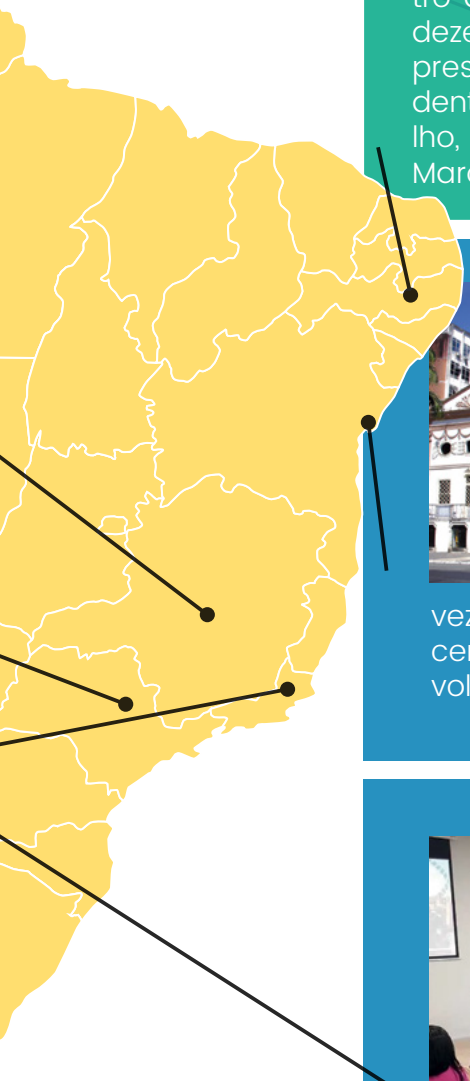
A Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACICampinas) realizou em janeiro mais uma edição da AC Qualifica, que teve como tema "Clareza para Liderar: planejamento, foco e direção para o novo ano", um encontro criado para ajudar líderes a começarem 2026 com mais consciência, estratégia e alinhamento.

CAMPOS DOS GOYTACAZES

Associação Comercial e Industrial de Campos anuncia a adoção de sua nova identidade visual, em total alinhamento com a CACB. A mudança reflete a trajetória de sucesso e o foco na modernidade, reafirmando o papel fundamental no desenvolvimento econômico regional e nacional.

CARUARU

A Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (Acic) realizou uma homenagem aos 60 anos de história da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) do município. O encontro aconteceu no dia 18 de dezembro e contou com a presença do 2º vice-presidente da CDL, Valdir Carvalho, e do conselheiro fiscal, Marcos Mariano.



SALVADOR

A Associação Comercial da Bahia (ACB) oficializou o retorno da Neoenergia Coelba ao seu quadro de associados. A distribuidora, que havia se associado pela primeira vez em 1998, volta agora à instituição com o propósito de fortalecer o diálogo setorial e ampliar a articulação em torno do desenvolvimento econômico do estado.

FOZ DO IGUAÇU

A ACIFI (Associação Comercial e Empresarial) ampliou o Programa Empreender, da CACB e Sebrae, em 2025, a fim de acelerar oportunidades para empresas de Foz do Iguaçu. São 14 núcleos territoriais e temáticos, formando uma rede ativa de colaboração voltada a novos negócios e ao desenvolvimento.

CACB se posiciona sobre acordo entre Mercosul e União Europeia

Foto: Banco de Imagem

Para a Confederação, todos os países ganham e se fortalecem

Para a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), o acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul, abre várias janelas de oportunidades para a economia brasileira.

"O acordo é uma vitória da diplomacia e do setor produtivo. Os próximos passos até chegar à implementação exigirão diálogo entre os países para o benefício de toda a sociedade", destaca o presidente da CACB, Alfredo Cotait Neto.

Negociado há mais de 25 anos, o tratado, que ainda precisará cumprir tramites, expandirá o mercado exportador do Brasil em consequência da eliminação de tarifas bilaterais, e, por outro lado, facilitará a compra por preços mais baixos de produtos de nações europeias, além de atrair investimentos desses países no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O cenário favorece não só o bloco, mas toda a América do Sul.

Para Cotait, o acordo é uma combinação onde todos os países ganham e se fortalecem para enfrentar os desafios do cada vez mais competitivo do comércio internacional. "Essa parceria é estratégica para que o Brasil possa diversificar e expandir suas vendas ao exterior", ressalta. Os dois blocos somam uma população de 720 milhões de pessoas e Produto Interno Bruto de US$ 22 trilhões.

> Essa parceria é estratégica para que o Brasil possa diversificar e expandir suas vendas ao exterior", ressalta Alfredo Cotait Neto.

Estudo aponta riscos da expansão das apostas esportivas on-line no Brasil

O crescimento de apostas esportivas, popularmente conhecidas como bets, vem funcionando como uma forma de transferência líquida de renda das famílias para plataformas de jogos on-line. Os efeitos mais severos desse fenômeno recaem especialmente sobre as famílias de baixa renda, com participação expressiva de beneficiários do Bolsa Família, grupo para o qual qualquer perda financeira gera impacto imediato no consumo de itens básicos.

De acordo com o levantamento "Panorama das Bets no Brasil: Estudos, Regulação e Evidências Econômicas", realizado pelo Instituto de Economia Maurílio Biagi da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (IEMB-Acirp) e divulgado neste início de 2026, despesas essenciais com alimentação, vestuário e lazer vem sendo parcialmente substituídas por gastos recorrentes com apostas. Além de comprometer o orçamento familiar e gerar instabilidade financeira, o fenômeno eleva a probabilidade de inadimplência e afeta o comércio local.

De acordo com a Acirp, que integra o G50+, conselho estratégico da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), o levantamento reúne estudos nacionais mais relevantes sobre o assunto e estrutura informações a respeito dos efeitos econômicos e sociais do setor. O relatório também destaca lacunas existentes nos estudos e pontos que ainda demandam investigação.

"Temos um alerta importante sobre mudanças no comportamento de consumo. Isso afeta tanto o bem-estar dos trabalhadores, que acabam se endividando ao tentar lidar com as finanças pessoais por meio da sorte, quanto as empresas, que perdem a circulação dessa renda no comércio local", afirma Sandra Brandani, presidente da Acirp Ribeirão Preto.

Foto: Banco de imagem

Despesas essenciais vem sendo substituídas por gastos com apostas

Luta pelo reajuste do Simples Nacional continua em 2026

Foto: Banco de imagem

CACB pleiteia correção de 83% na tabela de enquadramento

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) mantém a defesa pelo reajuste do Simples Nacional em 2026. Para o presidente da entidade, Alfredo Cotait Neto, a atualização do regime é uma medida justa e urgente que deve ser prioridade no Congresso Nacional, entretanto, não foi esse o cenário observado no último ano.

Em 2025, a CACB iniciou a mobilização em busca do reajuste com forte presença no Legislativo. Foi um ano de organização, debates e luta em prol dos empreendedores brasileiros, visando garantir que o teto do Simples Nacional seja condizente com a realidade econômica.

Para dar voz aos pequenos negócios, Cotait defendeu a pauta em diversos

veículos de comunicação, como TV Câmara, TV Senado, Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo. Em suas intervenções, sempre destacou a importância da atualização para a sobrevivência das micro e pequenas empresas. "O que pedimos é uma correção pela inflação do período. Precisamos olhar com cuidado e entender a relevância desse ajuste no faturamento pois, sem ele, a empresa acaba desenquadrada do regime", destacou o presidente.

Nas entrevistas, Cotait evidenciou o impacto do Simples na economia, lembrando que a iniciativa fez o número de empresas aderentes saltar de um milhão para 23 milhões em menos de duas décadas. "Mais de 90% das empresas brasileiras estão no Simples Nacional", ressaltou.

O dirigente pontuou ainda que o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, havia se comprometido a colocar o projeto em votação ainda em 2025. Em outubro do ano passado, o tema ganhou relevância ao ser cobrado em reuniões na Câmara. Diante disso, em 2026, a CACB dará continuidade à mobilização pelo direito do micro e pequeno empresário de pagar tributos de forma justa.

O Simples Nacional está sem correção desde 2018, acumulando uma defasagem de 83%

O Simples Nacional está sem correção desde 2018, acumulando uma defasagem de 83%. A tabela de enquadramento chega ao oitavo ano sem atualização, apesar do apoio de parlamentares de seis frentes: Livre Mercado, Mulher Empreendedora, Comércio e Serviço, Empreendedorismo, Micro e Pequenas Empresas, e Brasil Competitivo.

O Projeto de Lei 108/2021, que prevê o reajuste dos valores, já foi aprovado no Senado, mas segue parado na Câmara dos Deputados. Cotait espera que a aprovação ocorra o quanto antes e convoca o engajamento de todos em favor do pequeno empreendedor brasileiro.

Atualização necessária

- **MEI:**
  limite anual passa de R$ 81 mil par
  R$ 144.913,00, com permissão para contratação de até dois empregados (atualmente é apenas um)
- **Microempresas:**
  teto sobe de R$ 360 mil para **R$ 869 mil** ao ano;
- **Empresas de Pequeno Porte:**
  limite de faturamento passa de R$ 4,8 milhões para cerca de **R$ 8,7 milhões**

CACB apoia regulamentação da IA, mas com proteção aos pequenos negócios

Foto: Banco de Imagem

Regulamentação pode levar à desigualdade competitiva

A regulamentação do uso da Inteligência Artificial (IA) no Brasil é uma das agendas estratégicas da Confederação da Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) em 2026. Na avaliação da instituição, embora o Brasil tenha avançado na construção do marco regulatório (Projeto de Lei 2338/2023), o texto aprovado no Senado (agora em tramitação na Câmara dos Deputados) traz o risco de excluir justamente quem mais depende dessa tecnologia para crescer: os microempreendedores individuais (MEIs) e as micro e as pequenas empresas.

Na avaliação da CACB, a maioria desses empreendedores não desenvolve IA, apenas utiliza ferramentas prontas de atendimento, conteúdo, finanças ou marketing. "A IA é uma oportunidade histórica para ampliar a produtividade, fortalecer o empreendedorismo, especialmente o feminino, e gerar empregos. Mas isso só será possível se todos, e não apenas as big techs, tiverem condições de participar desse futuro", defende Alfredo Cotait Neto, presidente da Confederação.

Comitê

Diante desse cenário, a CACB defende a adoção de ações para garantir uma discussão mais aprofundada dos impactos do Projeto de Lei 2338/2023. A atenção ao tema levou à criação do Comitê de Tecnologia e Inovação do Conselho do CACB, sob a coordenação da empreendedora Camila Farani.

Farani explica que a proposta em tramitação aborda a regulamentação geral do uso de IA no Brasil, estabelecendo classificação do nível de risco das atividades.

> Mas é importante dizer que o projeto traz desproporcionalidade entre as grandes e as pequenas empresas, atendendo menos aos micros, pequenos e médios empreendedores", avalia Camila Farani.

Foto: Arquivo CACB

Alfredo Cotait Neto, presidente da CACB, e Camila Farani, coordenadora do Comitê de Tecnologia da CACB

Análise

Desigualdade competitiva, extinção de serviços e risco de vazamento de dados. Estas são algumas das dificuldades que os pequenos negócios podem enfrentar com a regulamentação do uso da IA no país, segundo um estudo da CACB. As normas podem gerar custos elevados para a adequação de empreendedores à legislação, por falta de infraestrutura jurídica das empresas.

Por isso, a Confederação defende ajustes para a realidade econômica brasileira, uma vez que o Projeto de Lei 2338/2023 não diferencia adequadamente o porte das empresas e impõe exigências de governança e de auditoria pensadas para as big techs, podendo inviabilizar a operação de pequenas startups e empresas locais.

Outros pontos de atenção são as sanções administrativas previstas, com multas de até R$ 50 mil ou de 2% em relação ao faturamento da empresa, a necessidade de rever a classificação de risco de atividades, conforme a atuação da empresa.

A CACB defende ajustes para a realidade econômica brasileira, uma vez que o Projeto de Lei 2338/2023 não diferencia adequadamente o porte das empresas

Para a CACB, a regulamentação deve contemplar políticas públicas de sandboxes regulatórios - ambientes experimentais, de teste simplificado e prioritários para startups e instituições de ciência e tecnologia (ICTs). Também deve ajustar as exigências de auditoria ao tamanho da empresa, além de estabelecer incentivos e crédito para a modernização tecnológica e compra de software de IA, entre outras medidas.

Parcerias que impulsionam o associativismo

Com a Central de Rede, você se conecta a parceiros estratégicos, amplia seu portfólio de serviços. Além disso, gera renda recorrente para sua associação.

A Central de Rede, uma iniciativa da CACB, tem como objetivo fortalecer o associativismo por meio de conexões estratégicas com empresas que geram valor real para as Associações Comerciais e seus associados. Com soluções práticas e acessíveis, os parceiros oferecem benefícios que ampliam oportunidades, geram receita e fortalecem o relacionamento com a base associativa.

CONHEÇA OS NOSSOS SERVIÇOS:

MAG SEGUROS

Soluções em proteção e planejamento

A MAG Seguros oferece um portfólio completo de seguros de vida para pessoas físicas e jurídicas. Suas soluções apoiam o planejamento financeiro familiar e empresarial, com coberturas que garantem mais segurança e tranquilidade no dia a dia dos associados. Entre os produtos disponíveis estão seguros vida individuais e empresariais, com opções flexíveis para diferentes perfis e necessidades.

Rodobens

Consórcios para ampliar oportunidades

Com um ecossistema robusto de soluções financeiras, a Rodobens conecta a Rede às melhores alternativas em consórcios. A empresa atua há mais de 70 anos oferecendo opções para aquisição de motos, automóveis, veículos comerciais, imóveis e serviços. Além de gerar novas oportunidades de negócios, essas soluções fortalecem ações de relacionamento com clientes e contribuem para o desenvolvimento de uma carteira de longo prazo.

Simple2u

Coberturas sob demanda com inovação

A Simple2U traz um modelo moderno e digital de seguros, com coberturas sob demanda pensadas para o dia a dia dos associados. Parte do Grupo Mongeral Aegon, a empresa oferece soluções práticas, como seguros para celular e bike, garantindo mais liberdade de escolha e conveniência. Uma proposta alinhada às novas formas de consumo e à realidade de um público cada vez mais conectado.

11 94286-8741 - vemprarede@cdr.net.br

Central de Rede | CACB

A REDE DE SERVIÇOS DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS